

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

1

# NEGÓCIOS PROCESSUAIS

## COORDENADORES

Antonio do Passo Cabral  
Pedro Henrique Nogueira

## AUTORES

Antonio do Passo Cabral  
Bárbara Seccato Ruis Chagas  
Beclaute Oliveira Silva  
Bruno Garcia Redondo  
Bruno Lopes Megna  
Christoph A. Kern  
Daniela Santos Bomfim  
Diogo Assumpção Rezende de Almeida  
Eduardo José da Fonseca Costa  
Federico Causse  
Flávio Luiz Yarshell  
Fredie Didier Jr.  
Germán Hiralde Vega  
Helen Hershkoff  
Júlia Lipiani  
Kevin E. Davis

Leonardo Carneiro da Cunha  
Loïc Cadiet  
Marcela Kohlbach de Faria  
Maria Valeria di Bernardo  
Marília Siqueira  
Mirna Cianci  
Paula Costa e Silva  
Paulo Mendes de Oliveira  
Pedro Henrique Nogueira  
Peter Schlosser  
Rafael Sirangelo de Abreu  
Robson Renault Godinho  
Rodrigo Mazzei  
Tatiana Simões dos Santos  
Trícia Navarro Xavier Cabral

 EDITORA  
jus **PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

 COLETÂNEA  
INTERNACIONAL





[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: [fale@editorajuspodivm.com.br](mailto:fale@editorajuspodivm.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** PVíctor Editoração Eletrônica ([pvictoredit@live.com](mailto:pvictoredit@live.com))

---

N 384

Negócios processuais / coordenadores: Antonio do Passo Cabral,  
Pedro Henrique Nogueira. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.  
v.1. :il. - (Grandes temas do novo DPC; coord. geral Fredie Didier Jr.).

Conforme o novo CPC 2015

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-442-0395-8

1. Direito processual. 2. Processo civil - Brasil. 3. Processo civil França. 4. Processo Civil - Alemanha. 5. Processo civil - Argentina. 6. Ação civil pública. 7. Brasil. Ministério Público. I. Cabral, Antonio do Passo. II. Nogueira, Pedro Henrique.

CDD: 347.05

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Nota dos Coordenadores .....</b>	<b>15</b>
-------------------------------------	-----------

## FUNDAMENTOS DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS

<b>Capítulo 1 ► Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no Processo Civil.....</b>	<b>19</b>
--	-----------

*Fredie Didier Jr.*

1. Nota do autor.....	19
2. Notas sobre a relação entre a liberdade e o processo.....	19
3. O princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil.....	22

<b>Capítulo 2 ► Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro ...</b>	<b>27</b>
---	-----------

*Leonardo Carneiro da Cunha*

1. Apresentação.....	27
2. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos-fatos jurídicos e negócios jurídicos .....	28
2.1. Distinção entre atos jurídicos e negócios jurídicos .....	29
3. Fatos jurídicos processuais, atos jurídicos processuais e atos-fatos jurídicos processuais.....	32
4. Negócios jurídicos processuais .....	34
4.1. Opiniões contrárias.....	34
4.1.1. O publicismo no processo e o protagonismo do juiz .....	36
4.1.2. O dogma da irrelevância da vontade .....	37
4.2. Opiniões favoráveis .....	38
4.3. Negócios jurídicos processuais típicos .....	42
4.4. Negócios jurídicos processuais atípicos .....	44
4.5. A ideia do modelo cooperativo de processo e os estudos mais recentes sobre negócios processuais .....	45
5. O novo Código de Processo Civil brasileiro .....	49
5.1. Generalidades.....	49
5.2. Ampliação dos negócios processuais típicos .....	50
5.3. A cláusula geral de negociação processual .....	56

6. Limites aos negócios jurídicos processuais .....	58
7. Bibliografia .....	59

### Capítulo 3 ► **Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?**..... 63

*Flávio Luiz Yarshell*

1. Introdução. ....	63
2. Terminologia e natureza jurídica da convenção celebrada entre as partes. ....	64
3. Elementos de existência: forma e objeto. ....	65
4. Segue: objeto. ....	65
5. Ainda elementos de existência: agente, lugar e tempo. ....	67
6. Requisitos de validade relativos aos elementos intrínsecos do negócio. ....	68
7. Segue: licitude do objeto e natureza do direito material controvertido. ....	69
8. Segue: a observância do devido processo legal. ....	70
9. Segue: normas processuais cogentes. ....	71
10. Segue: validade de elementos particulares. ....	72
11. Segue: a <i>forma</i> do negócio jurídico processual. ....	73
12. Requisitos de validade extrínsecos: agente capaz. ....	73
13. Segue: capacidade de entes que têm capacidade de estar em juízo. ....	74
14. Segue: presença de advogado. ....	76
15. Formas de controle da validade do negócio processual: casos de nulidade. ....	76
16. Segue: casos de anulabilidade. ....	77
17. O estabelecimento de calendário entre partes e juiz. ....	78
18. Conclusão. ....	79

### Capítulo 4 ► **Sobre os acordos de procedimento no Processo Civil Brasileiro** ..... 81

*Pedro Henrique Pedrosa Nogueira*

1. Nota introdutória .....	81
2. Breve resenha doutrinária sobre os negócios processuais .....	81
3. Conceito de negócio jurídico processual .....	84
4. O novo CPC e algumas figuras negociais .....	85
5. Os acordos de procedimento no CPC de 1973 .....	87
6. Acordos de procedimento no Código de Processo Civil de 2015 .....	90
7. Espécies de acordos de procedimento .....	92

<b>capítulo 5 ► La qualification juridique des accords processuels.....</b>	<b>93</b>
<i>Loïc Cadiet</i>	
I. - Accords processuels et droit du procès.....	96
II. - Accords processuels et droit du contrat .....	99
<b>Capítulo 6 ► Einverständliches Parteihandeln im deutschen Zivilprozess. 105</b>	<b>105</b>
<i>Prof. Dr. Peter F. Schlosser, München, Deutschland</i>	
I. Einleitung .....	105
I. Erster Hauptteil: Unmittelbarer einverständlicher Einfluss der Parteien auf den Gang des Verfahrens.....	108
1. Verpflichtungen zur Vornahme oder Unterlassung von Dispositionsakten über den Streitgegenstand .....	108
2. Andere Parteivereinbarungen, insbesondere solchen zur Beweiserhebung ....	110
3. Wirkungsweise anerkannter Verfahrensvereinbarungen.....	113
III. Zweiter Hauptteil: Indirekte Anerkennung von Prozessvereinbarungen .....	114
1. Nach der Rechtsprechung „heilbare“ Mängel .....	115
2. Nach der Rechtsprechung nicht „heilbare“ Mängel.....	118
IV. Schlussfolgerungen .....	119
<b>Capítulo 7 ► Contracting for procedure .....</b>	<b>131</b>
<i>KEVIN E. DAVIS &amp; HELEN HERSHKOFF</i>	
Abstract.....	131
Introduction .....	132
I. An overview of contract procedure .....	138
A. Contract Procedure and Commercial Practice.....	138
B. Contract Procedure and Judicial Review .....	140
II. Contract procedure as a private concern .....	145
A. Efficiency .....	146
B. Substantive Fairness .....	149
C. Litigant Autonomy.....	149
D. Fair Process.....	151
III. The public dimension of contract procedure.....	152
A. Contract Procedure and Outsourcing.....	152
1. Dispute Resolution as an Inherently Governmental Function .....	153
2. Outsourcing Can Be a Planned or De Facto Regulatory Practice .....	154
3. Contract Procedure as De Facto Outsourcing .....	157

B.	Contract Procedure and Negative System Effects .....	158
1.	Information About the Dispute .....	159
2.	Information About the Adjudicative Process.....	163
C.	Contract Procedure and Democratic Decision Making.....	164
D.	Summary .....	169
IV.	Challenges in defining the limits of contract procedure.....	170
A.	Securing Transparency Through Information Disclosure .....	171
B.	Encouraging Procedural Accountability Through Rulemaking Oversight.....	173
C.	Promoting Legitimacy Through Choice-of-Law Inspired Judicial Review .....	175
	Conclusion: a constitutional transformation too far?.....	177

## Capítulo 8 ► **Procedural contracts in Germany** ..... 179

*Christoph A. Kern*

I.	Introduction .....	179
II.	Types of Procedural Contracts.....	181
1.	Procedural Contracts in the Strict Sense .....	181
2.	Contracts Creating an Obligation with Respect to Proceedings .....	184
III.	The Law Governing Procedural Contracts.....	186
1.	Principle .....	186
2.	Irrelevance of the Substantive Rights in Dispute .....	188
3.	Additional Requirements for the Conclusion of the Contract .....	189
IV.	Triangular Procedural Contracts?.....	189
V.	Conclusion.....	191

## Capítulo 9 ► **A igualdade e os negócios processuais** ..... 193

*Rafael Sirangelo de Abreu*

1.	Considerações Introdutórias .....	193
2.	As múltiplas manifestações da igualdade nas suas relações com o processo civil .....	195
2.1.	Igualdade ao processo .....	200
2.2.	Igualdade no processo .....	200
2.3.	Igualdade pelo processo .....	201
3.	Os reflexos da igualdade no tratamento dos negócios processuais .....	202
3.1.	Incidência em negócios pré-processuais que dificultem o acesso equilibrado ao processo .....	206
3.2.	Incidência em negócios processuais que afetem o equilíbrio do processo ...	209
3.3.	Precedentes e negócios processuais .....	211

4. Considerações finais.....	213
<b>Capítulo 10 ► Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais .....</b>	<b>215</b>
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	
1. Introdução .....	215
2. Novidades legislativas .....	217
3. Direito estrangeiro.....	221
4. Convenções das partes em matéria processual .....	225
5. O calendário processual.....	231
6. Análise prospectiva dos reflexos das novidades legislativa sobre os atos judiciais .....	235
7. Referências .....	241
<b>Capítulo 11 ► As convenções processuais na experiência francesa e no Novo CPC .....</b>	<b>245</b>
<i>Diogo Assumpção Rezende de Almeida</i>	
1. Introdução .....	245
2. O <i>contrat de procédure</i> do direito francês.....	246
3. As convenções processuais .....	254
4. As convenções processuais no novo CPC.....	264
5. Conclusão.....	266
<b>Capítulo 12 ► Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015 .....</b>	<b>269</b>
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. “Publicismo” do Direito Processual Civil e o Código brasileiro de 1973.....	269
2. Autorregramento da vontade das partes no Código de 1973.....	270
3. Autorregramento da vontade das partes no Código de 2015.....	272
4. Código de 2015: cláusula geral de atipicidade de convenções processuais e princípio da do respeito ao autorregramento da vontade .....	273
5. Rompimento radical com o anterior sistema: necessidade de mudança de paradigma para a adequada interpretação da inovação.....	274
6. Bibliografia .....	277

## NEGÓCIOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE

### Capítulo 13 ► **Negócios jurídicos processuais unilaterais e o requerimento de parcelamento do débito pelo executado 281**

*Marcela Kohlbach de Faria*

1.	Negócios jurídicos processuais .....	281
2.	Os negócios processuais unilaterais. ....	284
3.	O direito do devedor ao parcelamento como negócio jurídico processual unilateral.....	285
3.1.	Sistemática do CPC de 1973.....	285
3.2.	Sistemática do novo CPC.....	
	Do Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 8.046, de 2010) à Lei. 13.105 de 16 de março 2015. ....	289
4.	Conclusão.....	292
5.	Bibliografia.....	293

### Capítulo 14 ► **Pactum de *non petendo*: Exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material .. 297**

*Paula Costa e Silva*

1.	A história do presente texto .....	297
2.	O tema do presente texto: pactum de non petendo .....	298
3.	Origem e evolução da figura do pactum de non petendo .....	302
4.	O objecto do pacto de non petendo.....	305
5.	A admissibilidade do pacto de non petendo enquanto convenção excludente da exigibilidade .....	315
6.	Os efeitos do pacto de non petendo .....	327
7.	Conclusão.....	334

### Capítulo 15 ► **A legitimidade extraordinária de origem negocial ..... 335**

*Daniela Santos Bomfim*

1.	A teoria do fato jurídico como uma teoria parcial do direito. ....	335
2.	O conceito de negócio jurídico.....	337
3.	O negócio jurídico processual e a cláusula geral prevista no CPC de 2015. ....	342
4.	A legitimidade extraordinária no contexto do CPC de 2015: a sua contextualização com a cláusula geral dos negócios jurídicos processuais.....	344
5.	Peculiaridades sobre a legitimação extraordinária de origem negocial. ....	349
6.	Conclusões.....	352



**Capítulo 16 ► Calendarização Processual..... 353***Eduardo José da Fonseca Costa*

1. Introdução .....	353
2. Calendarização (primeira parte) .....	354
3. Calendarização (segunda parte).....	356
4. Calendarização processual como técnica de governança judicial.....	358
5. Acordo de calendarização e acordo de procedimento .....	360
6. Calendarização por imposição judicial .....	362
7. Recusa da parte ou do advogado à calendarização.....	363
8. Modelos de termo de calendarização.....	364
9. Calendarização em execução.....	367
10. Conclusão.....	368

**Capítulo 17 ► La celeridad procesal a cargo de las partes (invitación del propio juez de la causa).....371***Germán Hiralde Vega e Federico Causse*

i. Clases y diferencias de procesos en el sistema argentino. ....	
ii. Contingencias que la clase de proceso produce en la extensión del debate y etapas. ....	
iii. Invitación a las partes: 1) Posibilidad de hacerlo. ....	
2) Posibilidad de que las partes de común acuerdo lo pidan.....	
iv. Análisis de la afectación del derecho de defensa. ....	
v. Casos aplicables. ....	
vi. Final.....	371
i. Clases y diferencias de procesos en el sistema argentino .....	373
ii. Contingencias que la clase de proceso produce en la extensión del debate y etapas.....	375
iii. Invitación a las partes .....	376
1) Posibilidad de hacerlo .....	376
2) Posibilidad de que las partes de común acuerdo lo pidan.....	378
v. Casos aplicables .....	380
vi. Final.....	380

**Capítulo 18 ► Verdade como objeto do negócio jurídico processual ..... 383***Beclaute Oliveira Silva*

Introdução .....	383
1. Michele Taruffo e a tese da impossibilidade da verdade negociada .....	384
2. Crítica à posição de Michele Taruffo.....	388

3. Os fatos e sua repercussão no direito.....	391
4. Concepção declaratória da prova .....	393
4.1. Prova como situação no mundo fenomênico.....	393
4.2. Prova como argumento .....	393
5. Concepção constitutiva da prova.....	394
6. Análise crítica das duas correntes .....	397
6.1 (In)subsistência da concepção declaratória .....	398
6.2. (In)subsistência da concepção constitutiva .....	399
6.3. Prova como enunciado.....	400
7. Negócio jurídico sobre a prova.....	401
8. Notas conclusivas.....	403
9. Referências .....	404

<b>Capítulo 19 ► A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória.....</b>	<b>407</b>
<i>Robson Renault Godinho</i>	

<b>Capítulo 20 ► Negócios processuais e o duplo grau de jurisdição.....</b>	<b>417</b>
<i>Paulo Mendes de Oliveira</i>	

1. Introdução .....	417
2. Negócios processuais. Considerações iniciais. ....	422
3. Reflexões sobre a natureza pública do direito processual civil.....	427
4. Direitos fundamentais processuais.....	430
5. O princípio do duplo grau de jurisdição.....	433
6. O direito ao recurso no contexto dos direitos fundamentais processuais.....	435
7. Supressão do duplo grau de jurisdição por negócio processual .....	437
8. Conclusão .....	439
9. Referências bibliográficas.....	440

<b>Capítulo 21 ► Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal.....</b>	<b>445</b>
<i>Júlia Lipiani e Marília Siqueira</i>	

1. Introdução .....	445
2. Negócio jurídico processual .....	446
2.1. O negócio jurídico .....	446
2.2. O conceito de negócio processual.....	447
2.3. A cláusula geral de negócio processual no Código de Processo Civil .....	450
3. As (im)possibilidades de negócios sobre a fase recursal.....	455

3.1. Negócio jurídico processual sobre novas modalidades recursais .....	455
3.2. Negócios sobre requisitos de admissibilidade .....	457
3.3. Negócio jurídico processual sobre a renúncia de instância .....	465
3.4. Formação, apresentação e execução dos negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal.....	473
4. Conclusão.....	474
Referências bibliográficas .....	477

## Capítulo 22 ► **Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: pontos de partida para o estudo** ..... 481

*Mirna Cianci e Bruno Lopes Megna*

1. Introdução: a encruzilhada entre o público e o privado.....	481
2. Os negócios jurídicos e o processo.....	484
2.1. Fundamentos dos negócios jurídicos processuais.....	484
2.2. Pressupostos e limites dos negócios jurídicos processuais.....	486
3. Negócios jurídicos processuais e a Fazenda Pública.....	490
3.1. Cabe autocomposição sobre direitos materiais da Fazenda Pública? .....	491
3.2. Cabe autocomposição sobre direitos processuais da Fazenda Pública? .....	494
3.3. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais típicos.....	497
3.4. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais atípicos.....	499
4. Conclusão: do cabimento de negócios processuais com a Fazenda Pública – pontos de partida para o debate.....	501
5. Referências bibliográficas.....	504

## Capítulo 23 ► **Negócios processuais envolvendo a Fazenda Pública** ..... 507

*Tatiana Simões dos Santos*

I. Introdução .....	507
II. CPC e Fazenda Pública versus ordem pública e interesse indisponível.....	510
III. Sugestões para a aplicação prática das convenções processuais em ações envolvendo a Fazenda Pública.....	513
IV. Conclusão.....	517
V. Bibliografia.....	518

## Capítulo 24 ► **Os negócio jurídicos processuais e a arbitragem** .....521

*Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Ruis Chagas*

1. Introdução .....	521
2. Os negócios jurídicos processuais.....	523
2.1. Breve histórico e conceituação .....	523

2.2. Requisitos de validade .....	528
2.3. Classificação .....	530
3. A arbitragem e os pactos processuais .....	530
3.1. A opção pela via arbitral. A convenção de arbitragem.....	531
3.2. A opção pela lei aplicável. ....	533
3.3. Sentença arbitral. Prazos, esclarecimentos e fundamentos.....	535
4. Conclusão.....	536
5. Referências .....	538

**Capítulo 25 ► A Resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público e as Convenções Processuais..... 541**

*Antonio do Passo Cabral*

1. Introdução. ....	
Convencionalidade no direito público .....	541
2. A tendência de convencionalidade no direito penal e sancionador .....	545
3. A possibilidade de negociação em improbidade administrativa.....	546
4. Ações coletivas e termo de ajustamento de conduta .....	547
5. O novo CPC e os mecanismos de autocomposição dos litígios.....	549
6. A diferença entre negócios processuais e negócios de direito material. A indisponibilidade do direito não impede a negociação sobre o processo .....	550
7. A resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público .....	551
8. Conclusão.....	553
9. Bibliografia .....	554

**Capítulo 26 ► Medios alternativos de resolucion de conflictos en Argentina ..... 559**

*Maria Valeria Di Bernardo.*

I. Introducción.....	559
II. Concepto .....	561
III. Características. ....	561
IV. Aspectos Beneficiosos de los Medios Alternativos a la luz de las 100 Reglas de Brasilia.....	564
V. Conclusiones .....	573

**ANEXO I..... 575**

**ANEXO II..... 581**

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

1

# NEGÓCIOS PROCESSUAIS

COORDENADORES

Antonio do Passo Cabral

Pedro Henrique Nogueira

TOMO 2

2020

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

N 384      Negócios processuais / coordenadores: Antonio do Passo Cabral, Pedro Henrique Nogueira. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.  
592 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 1 ; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)  
Tomo 2

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3052-7.

1. Direito processual. 2. Processo civil – Brasil. 3. Processo civil. França. 4. Processo Civil – Alemanha. 5. Processo civil – Argentina. 6. Ação civil pública. 7. Brasil. Ministério Público. I. Cabral, Antonio do Passo. II. Nogueira, Pedro Henrique. III. Título.

CDD: 347.05

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## Parte I

### FUNDAMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

<b>Capítulo 1 ► Liberdade, autonomia e convenções processuais .....</b>	<b>21</b>
<i>Rodrigo Ramina de Lucca</i>	
1. A natureza pública do Direito Processual .....	21
2. A simbiose entre publicismo e privatismo.....	22
3. O desenvolvimento de um publicismo autoritário .....	24
4. Processo e liberdade.....	26
5. Os equívocos do dogma da irrelevância da vontade.....	29
6. As convenções processuais .....	31
6.1. Pressupostos de existência e validade das convenções processuais.....	33
6.2. Limites às convenções processuais: validade e restrições legais .....	35
6.3. Controle judicial das convenções processuais.....	41
6.4. A liberdade das partes e a disponibilidade das faculdades e garantias processuais .....	42
6.5. A regra geral sobre a licitude do objeto das convenções processuais .....	44
6.6. As questões indisponíveis e de ordem pública .....	44
6.7. Sobre as convenções envolvendo questões de ordem pública que interessam às próprias partes .....	45
6.8. A impossibilidade de disposição sobre ônus, faculdades, poderes, deveres e direitos de terceiros .....	47
6.9. A vinculação do Estado-jurisdição às convenções processuais: limites .....	47
6.10. A criação de obrigações processuais .....	48
6.11. As consequências do descumprimento da convenção processual.....	49
6.12. O distrato e a novação da convenção processual .....	50
6.13. Sobre a proposta de convenção processual.....	50
7. Referências bibliográficas.....	51

**Capítulo 2 ► Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: a importância dos negócios processuais para implementação das novas tendências no CPC/2015.....55**

*Érico Andrade*

1. Introdução: as novas tendências da gestão processual.....	55
2. Perspectiva comparada: tendências evolutivas do processo civil europeu permeadas pela gestão processual flexível, proporcional e colaborativa .....	57
3. Flexibilidade, proporcionalidade e colaboração no CPC/2015: ambiente para gestão processual colaborativa .....	64
4. A importância dos negócios processuais para as novas perspectivas da gestão processual no CPC/2015 .....	71
5. Breves indicações conclusivas.....	81
Referências bibliográficas .....	82

**Capítulo 3 ► Diálogos entre direito civil e processual civil em matéria de negócios jurídicos: em busca da construção de um ordenamento unitário.....87**

*Filipe José Medon Affonso*

Introdução .....	87
1. A invalidade dos negócios jurídicos processuais à luz das normas gerais do código civil.....	90
1.1. Negócios Jurídicos: da definição ao regime de invalidades .....	91
1.2. Negócios Jurídicos Processuais: da definição ao regime de invalidades .....	96
1.3. Situações peculiares na sobreposição do regramento civil e processual civil .....	100
2. O princípio do equilíbrio econômico aplicado aos negócios jurídicos processuais e a existência de um dever de renegociar .....	103
Conclusão .....	107
Referências.....	108

**Capítulo 4 ► Negócios jurídicos processuais unilaterais? ..... 111**

*Juliana Cordeiro de Faria*

*Edgard Audomar Marx Neto*

1. Introdução.....	111
2. Vontade, ato e negócio .....	112
3. Negócios unilaterais como categoria autônoma e seu regime jurídico .....	121
3.1. Negócios unilaterais no Direito Civil: bases para um regime jurídico .....	121
3.2. Negócios processuais unilaterais e seu papel na relação processual .....	124
4. Tipicidade dos negócios unilaterais: negócios processuais atípicos? .....	128
5. Considerações Finais .....	133
6. Referências bibliográficas.....	134



**Capítulo 5 ► O papel do juiz diante das convenções processuais .....137***Antonio do Passo Cabral*

1. Introdução.....	137
2. Juiz é parte da convenção? A questão da capacidade negocial .....	138
3. A vinculação do juiz às convenções processuais. O Estado-juiz como aplicador de normas jurídicas válidas.....	141
4. As funções do juiz diante da negociação sobre o processo: incentivo e controle .....	142
5. A homologação judicial no sistema dos acordos processuais .....	144
5.1. Desnecessidade de homologação ou deferimento prévios .....	144
5.2. Hipóteses em que a lei expressamente prevê controle prévio: a homologação como condição de eficácia .....	146
5.3. Homologação inserida voluntariamente pelas partes como condição do negócio jurídico.....	148
5.4. Homologação requerida pelas partes em ato conjunto para fins de constituir título executivo judicial .....	149
5.5. Os meios para o juiz de dar cumprimento à convenção e o debate sobre a cognoscibilidade de ofício dos acordos processuais.....	150
6. Conclusão .....	155
7. Referências .....	156

**Capítulo 6 ► Cessação da relação convencional: um estudo sobre a dissolução do negócio jurídico processual.....159***Fernanda Vogt*

1. Introdução: adequação analítica e terminológica do negócio jurídico processual. Do direito privado ao direito processual.....	159
2. O descumprimento dos acordos obrigacionais e dispositivos .....	163
3. Inadmissibilidade do exercício do direito incompatível com a convenção processual .....	167
4. Meios para induzir o cumprimento da convenção processual.....	170
5. Modalidades dissolutórias em espécie e seus efeitos no processo .....	172
5.1. Distrato ou resilição bilateral .....	172
5.2. Resolução do negócio jurídico processual e eficácia ex nunc.....	173
5.3. Revogação unilateral.....	174
5.4. Rescisão: as invalidades do negócio jurídico processual.....	175
5.5. Caducidade: dissolução do negócio jurídico sujeito a termo ou condição.....	176
6. Considerações sobre o equilíbrio do negócio jurídico: compensação de cláusulas processuais e materiais .....	177
7. Ainda sobre o equilíbrio negocial. A obrigação como processo: processo dentro do processo? .....	178
8. A vontade por trás dos atos omissivos: “distrato por dupla omissão” e impactos sobre direitos de terceiros .....	182

9. Conclusão.....	188
10. Bibliografia .....	190

## **Capítulo 7 ► Litigation Agreements in Swedish Law.....195**

*Lotta Maunsbach*

1. Introduction.....	195
2. Litigation agreements .....	198
2.1. General considerations .....	198
2.2. Different types of litigation agreements.....	199
3. Right to a court .....	201
3.1. General considerations .....	201
3.2. The concept of ‘access’ to court.....	202
3.2.1. The concept of ‘court’ or ‘tribunal’ .....	203
3.3. Fair trial .....	206
3.3.1. General considerations.....	206
3.3.2. Publicity and orality.....	206
3.3.3. Adversarial procedure .....	208
3.3.4. Legal scrutiny .....	209
3.3.5. Concluding remarks.....	210
4. Waiving the right to a court.....	210
4.1. In the light of the ECHR.....	210
4.1.1. General prerequisites.....	210
4.1.2. Situations where the tests were all satisfied .....	213
4.1.3. Timing of the waiver.....	214
4.2. In the light of Swedish procedural law.....	214
5. Litigation agreements in practice – a few examples.....	216
5.1. Dispute-resolution agreements.....	216
5.1.1. General considerations.....	216
5.1.2. Arbitration agreements .....	217
5.1.3. Other private dispute-resolution mechanisms.....	220
5.1.4. Mediation agreements .....	221
5.2. Evidentiary agreements .....	222
5.2.1. Introduction .....	222
5.2.2. Freedom to adduce evidence .....	223
5.2.3. Restrictions to the freedom to adduce evidence .....	224
5.2.4. Integration clauses .....	227
6. Conclusion.....	230

<b>Capítulo 8 ► Convenciones procesales en Argentina: introducción a la teoría de los acuerdos procesales .....</b>	<b>233</b>
<i>María Victoria Mosmann</i>	
I. Introducción .....	233
II. Estado actual de la regulación .....	233
III. Perspectivas de incorporación de los acuerdos procesales en el ordenamiento procesal argentino .....	236
IV. Anteproyecto de Código Procesal Civil y Comercial de la Nación .....	236
V. Igualdad y equilibrio de poder en las convenciones procesales, la protección de personas en situación de vulnerabilidad como límite a la autonomía de la voluntad .....	239
VI. La instrumentalidad de las formas y las convenciones procesales. La vulnerabilidad como límite a la validez del acuerdo .....	240
VII. Acuerdos Procesales Típicos en el texto del Anteproyecto .....	245
VIII. A modo de conclusión .....	246
<b>Capítulo 9 ► Convenções processuais no direito processual civil peruano: diagnóstico e proposta .....</b>	<b>247</b>
<i>Renzo Cavani</i>	
1. Introdução .....	247
2. Diagnóstico: as convenções processuais no processo civil peruano .....	249
2.1. O CPC-93 entre ideologia e dogmática .....	249
2.2. O artigo IX do Título Preliminar: impossibilidade de negociação processual atípica? ..	256
2.3. Os negócios jurídicos processuais típicos no CPC-93 (com especial ênfase nas convenções processuais) .....	259
3. Proposta: qual caminho adotar? O Projeto de Reforma do CPC-93 (PRCPC) .....	262
4. Conclusões .....	267
5. Referências bibliográficas .....	268
<b>Capítulo 10 ► Negociabilidade de prerrogativas processuais da Fazenda Pública: tentativa de sistematização .....</b>	<b>273</b>
<i>Lorena Miranda Santos Barreiros</i>	
Introdução .....	274
1. Breve análise das prerrogativas processuais da fazenda pública sob a ótica dos fundamentos lastreadores de seu estabelecimento .....	275
2. Negociabilidade das prerrogativas processuais relacionadas ao regime jurídico de direito material a que se sujeitam as pessoas jurídicas de direito público ou à própria natureza dessas .....	278
3. Negociabilidade das prerrogativas processuais da fazenda pública relacionadas ao funcionamento da estrutura administrativa .....	283
Conclusão .....	287
Referências .....	289

**Parte II****NEGÓCIOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE**

<b>Capítulo 11 ► Convenções processuais sobre a competência: análise da cláusula de eleição de foro .....</b>	<b>293</b>
<i>Guilherme Kronenberg Hartmann</i>	
Considerações iniciais.....	293
1. Regras de competência de natureza absoluta ou relativa .....	294
2. Modificação de competência.....	296
3. Foro de eleição.....	297
4. Foro internacional de eleição .....	299
5. Abusividade do foro de eleição e seu controle .....	301
6. Foro de eleição e o processo de execução.....	305
Conclusão .....	306
Bibliografia .....	307
<b>Capítulo 12 ► Convenções processuais sobre a mediação e o mediador .....</b>	<b>309</b>
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	
1. A liberdade processual no CPC/15.....	309
2. Conciliação e mediação no CPC/15.....	312
3. Liberdade processual no contexto da conciliação e da mediação .....	316
4. Considerações finais.....	324
5. Referências bibliográficas.....	325
<b>Capítulo 13 ► Ensaio sobre a classificação das convenções probatórias .....</b>	<b>327</b>
<i>Tatiana Machado Alves</i>	
1. Introdução.....	327
2. Classificação segundo o momento da celebração: convenções prévias e incidentais.....	328
3. Classificação segundo o objeto: convenções sobre o procedimento e sobre as situações jurídicas processuais.....	330
4. Classificação segundo os efeitos: convenções com eficácia dispositiva e com eficácia obrigacional .....	333
5. Classificação segundo o conteúdo .....	336
6. Referências bibliográficas.....	337
<b>Capítulo 14 ► As presunções como objeto de negócios jurídicos processuais .....</b>	<b>339</b>
<i>Lara Dourado Mapurunga Pereira</i>	
Introdução.....	339

1. Conceito e classificações das presunções .....	342
2. Negócios probatórios .....	346
3. Presunções convencionais.....	351
Considerações finais .....	357
Referências bibliográficas .....	358

## **Capítulo 15 ► Convenções processuais em matéria probatória e poderes instrutórios do juiz .....363**

*Behlva Maffessoni*

1. Introdução.....	363
2. Breves linhas sobre a valorização da autonomia privada no processo civil .....	364
3. Alguns limites aplicáveis às convenções processuais probatórias .....	368
4. Convenções processuais probatórias e os poderes instrutórios de ofício do juiz .....	373
4.1. Argumentos que sinalizam para a preponderância de convenção probatória em face dos poderes instrutórios do juiz .....	376
4.1.1. Primeiras balizas interpretativas em favor das convenções em matéria probatória que limitam os poderes instrutórios.....	376
4.1.2. Possibilidade de renúncia ao bem litigioso como argumento à prevalência da convenção processual probatória .....	378
4.1.3. Apontamentos sobre o ônus da prova .....	379
4.2. Pretensos óbices às convenções processuais probatórias que limitam a atuação do magistrado na produção de prova de ofício.....	382
4.2.1. Natureza de direito público do processo e a existência de interesses públicos atrelados à solução do conflito.....	382
4.2.2. Suposto óbice à interferência das partes nos poderes instrutórios do juiz.....	384
4.2.3. A busca pela verdade como suposto óbice à preponderância das convenções processuais.....	386
5. Considerações finais.....	388
Referências.....	390

## **Capítulo 16 ► Convenção processual mitigatória de preclusão ..... 395**

*Anissara Toscan*

Introdução .....	395
1. O direito processual entre o publicismo e o privatismo.....	395
2. A reconstitucionalização pós-Guerras e o resgate da autonomia privada no processo.....	398
3. Cooperação processual como princípio de liberdade das partes no processo.....	400

4. Convenções processuais atípicas como expressão do modelo cooperativo .....	403
5. Convenções processuais atípicas no CPC/15: aspectos gerais .....	406
6. Limites à convencionalidade processual atípica.....	413
7. Convenção processual atípica como instrumento de mitigação de preclusões .....	415
7.1. Breves parênteses: convenções (típicas e atípicas) mitigatórias da estabilidade da demanda e da defesa .....	417
8. Alicerces da tese e a insubsistência dos argumentos de resistência .....	419
9. O papel de controle do juiz e limites específicos à convencionalidade das preclusões .....	422
Considerações finais .....	424
Referências.....	424

**Capítulo 17 ► Recursos e convenções processuais: entre efetividade e garantias processuais .....** **429**

*Tiago A. Leite Retes*

1. Introdução.....	429
2. Recursos e as convenções processuais .....	430
3. Limites na sistemática recursal .....	433
3.1. Irrecorribilidade decisória .....	433
3.2. Efeito suspensivo da apelação contra sentença (ou suspensão da eficácia imediata da sentença).....	439
3.3. Depósito recursal e negócios jurídicos processuais sobre pressupostos de admissibilidade .....	444
4. Conclusão .....	449
Referências.....	449

**Capítulo 18 ► Accordi processuali e contenzioso sul «diritto di famiglia» dell'Unione europea.....** **453**

*Silvana Dalla Bontà*

**Capítulo 19 ► Party autonomy in domestic and cross-border enforcement proceedings.....** **479**

*Wolfgang Hau*

I. Introduction.....	479
II. Subject-matter of enforcement agreements .....	481
1. Enforcement procedure .....	481
2. Enforceability.....	483
3. The claim .....	484
III. Parties to enforcement agreements.....	485

1. Creditor and debtor.....	485
2. Enforcement authorities.....	487
3. Third parties.....	487
IV. Objectives of enforcement agreements.....	488
1. Restricting enforcement.....	488
2. Extending enforcement.....	489
V. Factors relevant for the validity of enforcement agreements.....	489
1. Mode of the agreement.....	489
2. Parties to the agreement.....	490
3. Effect of the agreement.....	490
4. Timing of the agreement.....	491
VI. Enforcing enforcement agreements.....	491
VII. The international dimension.....	492
VIII. Conclusions.....	493

**Capítulo 20 ► Alienação (judicial ou extrajudicial) de bem por sociedade diferente da credora que compõe grupo societário: um bom exemplo de negócio jurídico executivo sobre legitimidade..... 495**

*Fredie Didier Júnior*

*Lucas Buril de Macêdo*

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico.....	496
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015.....	497
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial.....	497
2.2. Características da alienação por iniciativa particular.....	499
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente.....	503
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente.....	506
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação.....	510
3.1. Oposição do devedor.....	510
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem.....	513
3.2.1. Cabimento e validade da convenção para eleição da técnica executiva adequada em alienação fiduciária.....	513
3.2.2. Cláusula de eleição do meio executivo adequado: definição da empresa alienante e das condições da alienação.....	516
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969).....	517
5. Conclusões.....	520
Referências.....	521

**Capítulo 21 ► Negócios processuais no processo executivo brasileiro .....525***Pedro Henrique Nogueira*

1. Introdução.....	525
2. Fundamentos para a negociação da execução no direito brasileiro.....	525
2.1. A norma fundamental do respeito ao autorregramento da vontade no processo .....	526
2.2. A cláusula geral de atipicidade na negociação processual .....	528
2.3. O regime de disponibilidade da execução forçada no Brasil.....	531
3. Casuística .....	532
3.1. Acordos processuais para conferir maior eficiência à execução .....	533
3.1.1. Acordos com renúncia ou restrições ao benefício da impenhorabilidade.....	533
3.1.2. Acordos de procedimento para gestão eficiente da execução .....	534
3.2. Acordos processuais para conferir maior proteção ao executado .....	535
3.2.1. Acordos para ampliação das hipóteses de impenhorabilidade .....	536
3.2.2. Acordos para evitar determinadas constrições judiciais .....	536
3.2.3. Acordos para afastar a prisão civil e outras medidas coercitivas .....	537
4. Conclusão .....	538
5. Referências.....	539

**Capítulo 22 ► Negócios jurídicos processuais: mecanismo apto à atribuição de exequibilidade a um título ..... 541***Estefania Côrtes*

1. Introdução: o advento dos negócios jurídicos processuais .....	541
2. Noções dos negócios jurídicos processuais: definição, enquadramento estrutural e funcional, tipificação e clausula de atipicidade negocial .....	542
3. O âmbito favorável da Ação Executiva para a prática de negócios processuais .....	546
4. Caráter disponível e patrimonial da execução.....	549
5. A natureza e função dos títulos executivos .....	551
6. Os requisitos meramente formais da enumeração legal dos títulos extrajudiciais.....	555
7. Inexistência de limitação negocial em razão do princípio da Reserva Legal .....	559
8. Conclusão .....	565
9. Bibliografia .....	565

**Capítulo 23 ► Negócios jurídicos processuais na execução fiscal..... 569***Juliana Melazzi Andrade*

1. Introdução.....	569
2. A necessidade de aprimoramento do processo de recuperação do crédito tributário.....	570



3. A celebração de negócios jurídicos processuais pela Fazenda e a tese da indisponibilidade do interesse público .....	572
4. Utilização dos negócios jurídicos processuais na execução fiscal .....	579
4.1. Algumas sugestões de negócios jurídicos processuais atípicos .....	580
5. Conclusão .....	584
6. Referências .....	585